

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E A SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE EM EMPRESAS LISTADAS NA BRASIL BOLSA, BALCÃO (B3)

RESULTS MANAGEMENT AND THE SUSTAINABILITY: ANALYSIS OF COMPANIES LISTED ON BRAZILIAN STOCK EXCHANGE (B3)

Lucas Vinícius Medeiros Xaxá¹

Larissa Karoline Souza Silva²
³

RESUMO

Este estudo averiguou a influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultado das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil Bolsa Balcão (B3). A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva, documental, quantitativa e longitudinal. A amostra final foi composta por 346 empresas listadas no Brasil Bolsa Balcão (B3), com 1.086 observações, referentes ao período de 2017 a 2021. Para a apuração dos *accruals* discricionários, foram utilizados o modelo Jones Padrão (1991) e Jones Modificado (1995). As variáveis analisadas foram obtidas pelo banco de dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foi utilizado como base o trabalho de Costa e Soares (2022) que contém um tutorial do proxy de *accruals* usado para medir o nível de gerenciamento de resultados nos modelos Jones Padrão (1991) e Jones Modificado (1995). Os resultados obtidos no modelo Jones Padrão sugerem que, em média, as empresas do grupo NÃO ISE apresentam o menor nível de gerenciamento de resultados ao serem comparadas com o grupo das empresas ISE. Por ter seu valor-p maior que 10% no teste *Kruskal-Wallis* o modelo Jones Modificado não apresentou diferença estatisticamente significativa para a variável de gerenciamento. Os achados do estudo contribuíram para fornecer informações sobre a influência da sustentabilidade no nível de gerenciamento de resultados das empresas, tendo em vista que a comunidade acadêmica, a sociedade e os diversos grupos econômicos cobram investimentos das empresas nessa área porque precisam de informações relacionadas à sustentabilidade e demonstrações financeiras e não financeiras com representação fidedigna (completa, neutra e isenta de erros).

Palavras-chave: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); *Accruals*; Gerenciamento de Resultados; Jones Padrão (1991); Jones Modificado (1995).

ABSTRACT

This study investigated the influence of sustainability on the earnings management of companies listed on the Corporate Sustainability Index (ISE) and on the Brasil Bolsa Balcão (B3). The methodology used was descriptive, documentary, quantitative and longitudinal. The final sample consisted of 346 companies listed on the Brasil Bolsa Balcão (B3), with 1,086 observations, referring to the period from 2017 to 2021. To calculate discretionary accruals, the Standard Jones (1991) and Modified Jones (1995) models were used. The variables were controlled by the Securities and Exchange Commission (CVM) database. The work by Costa

¹ Graduando em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: lucasviniciusxaxa@hotmail.com

² Docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestra em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

and Soares (2022) was used as a basis, which contains a tutorial of the accruals proxy used to measure the level of earnings management in the Standard Jones (1991) and Modified Jones (1995) models. The results obtained in the Standard Jones model suggest that, on average, the companies in the NOT-ISE group present the lowest level of earnings management when they are compared with the group of ISE companies. Because its p-value was greater than 10% in the Kruskal-Wallis test, the Modified Jones model did not present a statistically significant difference for the management variable. The findings of the contributed study to provide information on the influence of sustainability on the earnings management level of companies, considering that the academic community, society and the various economic groups demand investments from companies in this area because they need information related to sustainability and demonstrations financial and no-financial with trustworthy representation (complete, neutral and error-free).

Keywords: Corporate Sustainability Index (ISE); Accruals; Results Management; Jones Standard (1991); Jones modified (1995).

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas foi observado um crescimento das discussões relacionadas à inclusão da sustentabilidade nos modelos de gestão empresarial. Devido a demanda e as pressões exercidas pela sociedade e pelos diversos grupos econômicos, principalmente os *stakeholders*, as empresas passaram a direcionar seus esforços visando desempenhar atividades mais sustentáveis. Sendo assim, algumas empresas têm como base a teoria desenvolvida por John Elkington, denominada de *Triple Bottom Line*, que defende a sustentabilidade nos aspectos social, financeiro e ambiental, com o intuito de aumentar a relevância e a confiabilidade de suas demonstrações contábeis, dos balanços sociais e dos relatórios de sustentabilidade. Tal ação faz parte da responsabilidade social das empresas que estabelecem metas empresariais que impulsionam o desenvolvimento sustentável da sociedade, visando preservar os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras (SANTOS; SILVA, 2017). Para isso, é necessário reconhecer a relevância da contabilidade no fornecimento de informações de natureza financeira e não financeira para auxiliar os gestores e os demais usuários da contabilidade no processo de tomada de decisão.

A contabilidade tem como objetivo o controle de um patrimônio, realizado por meio da coleta, armazenamento e processamento das informações provenientes dos fatos que modificam essa massa patrimonial (PADOVEZE, 2016). Dessa forma, além de produzir uma informação correta, é necessário assegurar que ela possa ser compreendida pelo usuário, visando seu uso como instrumento de apoio no processo decisório. Essa afirmação encontra respaldo nos relatórios do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), do *International Accounting Standards Board* (IASB) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Vale destacar a NBC TG Estrutura Conceitual, que divide as características qualitativas da informação contábil-financeira em dois grupos: I) características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e; II) características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade) (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019). Após compreender todas as exigências para a obtenção e elaboração da informação contábil é preciso criar uma estrutura que apresente essas informações com base nos princípios e nas normas da contabilidade.

A estrutura da informação contábil é baseada em normas e preceitos, como as características qualitativas fundamentais e de melhoria que visam garantir sua qualidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019). Levando em consideração esse cenário e sua relação no tocante à transparência da divulgação de resultados, surgiu o gerenciamento de resultado visando proteger os interesses dos administradores da empresa (*insiders*), através da ocultação de informações para agentes externos da organização

(*outsiders*) (LEUZ; NANDA; WYSOCKI, 2003). Alguns autores consideram o gerenciamento de resultados como algo que não é considerado uma fraude contábil (DECHOW; SKINER, 2000; MARTINEZ, 2013; MOURA; ALMEIDA; VECCHIA, 2017). Todavia, há outros autores que pensam o contrário. Schipper (1989, p. 92) define o gerenciamento de resultados como “[...] uma intervenção proposital no processo de elaboração das demonstrações financeiras externas, com a intenção de obter algum benefício privado”. Há autores que consideram a subjetividade e a discricionariedade dos gestores no momento da elaboração das demonstrações financeiras como fatores de risco que podem ocasionar fraudes corporativas (LOU; WANG, 2009; MACHADO; GARTNER, 2018).

As empresas brasileiras pertencentes ao nível de Novo Mercado da B3 possuem maior valorização das suas ações e aumento do interesse de investimentos estrangeiros, além de proporcionar maior visibilidade no mercado (SANTOS; SILVA; SILVA, 2008). Os investidores concordam que as organizações com melhor governança corporativa são mais bem administradas e menos arriscadas, tendo assim, maior chance de recuperar o seu investimento (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2011). Já o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é um indicador que mede o desempenho médio das cotações dos ativos de empresas que estão incluídas na carteira do ISE B3 por terem sido selecionadas devido ao seu comprometimento com a sustentabilidade empresarial (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2022).

Diante disso, surge o problema dessa pesquisa: **Qual a influência que a sustentabilidade é capaz de exercer no nível de gerenciamento de resultados das empresas?** O objetivo geral desse trabalho consiste em averiguar a influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultados das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil Bolsa Balcão (B3).

O presente estudo torna-se relevante para a comunidade acadêmica, para os diversos grupos econômicos e para a sociedade em geral no momento em que se analisa e identifica a influência que a sustentabilidade exerce no nível de gerenciamento de resultados das empresas, uma vez que esses indivíduos cobram investimentos das empresas nessa área porque precisam de informações ligadas a sustentabilidade e demonstrações financeiras e não financeiras mais fidedignas que seguem os princípios contábeis e que demonstram confiança para os investidores. Além disso, busca-se incentivar os discentes do curso de Ciências Contábeis e demais entidades a adotar práticas sustentáveis visando a valorização da proteção ambiental e da responsabilidade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem como objetivo apresentar os conceitos presentes na literatura para o melhor embasamento no tocante ao que foi adotado para tratar o tema e a problemática da pesquisa. Nos tópicos seguintes serão abordados os temas mais importantes para essa pesquisa, no capítulo será tratado sobre: Sustentabilidade, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Qualidade da Informação Contábil, Gerenciamento de Resultados (GR) e Estudos Anteriores.

2.1 SUSTENTABILIDADE

A noção de sustentabilidade, largamente apresentada em nossa sociedade, surgiu na década de 1950, ocasionada pela percepção de uma crise ambiental global (BATISTA, 2021). Por meio da observação dos problemas ocasionados pelo homem ao ambiente e onde habita o próprio homem, criou-se diversas iniciativas, nacionais e internacionais, visando a conscientização e a coibição de tais atos (ANTONOVZ, 2014). Outro fator determinante foi que a sociedade notou que os problemas ambientais não ficavam limitados a determinados territórios e, por esse motivo, a sustentabilidade passou a receber cunho científico, político e midiático (BATISTA, 2021).

Alguns países passaram a ter interesse em assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, que é basicamente a consequência da conscientização de uma série de encadeamentos globais entre o aumento de problemas ambientais, questões socioeconômicas como à pobreza, desigualdade e preocupações ligadas a um futuro que seja mais saudável para a humanidade (GONZALEZ; COSTA; SIGNOR, 2020). Esse termo foi construído em 1972, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (BRITO; MASTRODI, 2021), conhecida também como a Conferência de Estocolmo e convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (MICHELETTI, 2020). A partir desta conferência, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), visando coordenar o trabalho internacional nesta área, com o intuito de não só divulgar informações e desenvolver programas específicos, como também estimular a cooperação entre os países envolvidos (GONÇALVES; ARMADA, 2017).

Já no ano de 1986, ocorreu o acidente nuclear em Chernobyl, que direcionou uma maior atenção aos problemas ambientais, além disso, no decorrer da década notou-se um aumento significativo da chuva ácida na Europa. No ano seguinte, os resultados da Comissão Brundtland deram origem ao Relatório “Nosso Futuro Comum”, cujo objetivo era destacar a necessidade de colocar as políticas sustentáveis no mesmo nível que a dimensão industrial, econômica, agrícola, energética, entre outras (MICHELETTI, 2020). Sendo assim, o conceito de desenvolvimento sustentável foi inaugurado pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987 (BRITO; MASTRODI, 2021). Já em 1988, com as discussões relacionadas as questões divulgadas pelo relatório, a ONU buscou organizar outra conferência para avaliar o progresso obtido desde a Conferência de Estocolmo. Para isso foi convocado a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMD/UCED), a ser realizada no Brasil no ano de 1992 (CAPINZAIKI, 2015).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi consolidado pela Rio-92 (BRITO; MASTRODI, 2021). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criou, ainda, o documento denominado Agenda 21 Global, que é composta por um amplo conjunto de recomendações relacionadas a ações que direcionam as nações na implantação do desenvolvimento sustentável e iniciar seus programas de sustentabilidade. Em outras palavras, trata-se de um plano de ação a ser seguido de forma global, nacional e localmente pelo governo e pela sociedade civil, em todas as áreas onde a ação humana provocar impactos no meio ambiente, visando também orientar um novo padrão de desenvolvimento, além de encontrar uma saída no tocante a crise ambiental do planeta (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2012). Para melhor entendimento dos fatos citados anteriormente, foi criado o Quadro 1:

Quadro 1 – Eventos Norteadores do Conceito de Sustentabilidade.

ANO	ACONTECIMENTO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
1972	Conferência de Estocolmo, na Suécia, sobre o Meio Ambiente Humano.	Essa Conferência foi o primeiro grande encontro das nações para discutir as questões ambientais. É considerada um marco por seu impacto na sociedade e pelos resultados obtidos, por exemplo, a criação de agência, secretarias e ministérios do meio ambiente.
1987	Relatório Brundtland	Mais conhecido como <i>Nosso Futuro Comum</i> , esse documento apresentou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, convidando as pessoas a mudarem seus modos de vida para evitar desigualdades sociais e degradação ambiental. Um dos principais resultados dessa iniciativa foi a realização de uma nova Conferência Internacional, no Rio de Janeiro.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio-92.	Reuniu mais de 18 mil pessoas, de 166 países, além de 400 mil visitantes. Seu resultado mais importante foi a Agenda 21, que propõe ações para um novo modelo de desenvolvimento, com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, garantindo a qualidade de vida das futuras gerações, por meio da educação e da formação profissional.
1997	Conferência Rio+5.	Realizada no Rio de Janeiro para avaliar os avanços da Agenda 21.

2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10.	Realizada em África do Sul, para avaliar os encaminhamentos da Agenda 21 e fortalecer suas iniciativas locais.
2007	Conferência Rio+15.	Realizada no Rio de Janeiro com o objetivo de debater as consequências da Rio-92: o que avançou e o que precisa ser fortalecido e/ou modificado.
2012	Conferência Rio+20.	Realizada no Rio de Janeiro com o objetivo de assegurar o compromisso político das nações com o Desenvolvimento Sustentável, isto é, para decidir como o mundo enfrentará os desafios que afetam o crescimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental nos próximos anos.

Fonte: Adaptado de Serrão, Almeida e Carestiatto (2012, p. 10-11).

É importante ressaltar que o plano de ação da Agenda 2030, aprovado no ano de 2015 pela ONU, formalizou o plano de ação a favor do desenvolvimento internacional para os anos seguintes. Essa agenda é composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, que foram formuladas para serem equilibradas e inseparáveis no tocante aos aspectos ambiental, social, econômico e institucional (GONZALEZ; COSTA; SIGNOR, 2020). Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) consistem em uma maneira prática de se visualizar alternativas que buscam orientar o desenvolvimento de ações sustentáveis por parte das organizações. Os 17 ODS, são: 1. Erradicar a pobreza; 2. Acabar com a fome; 3. Vida saudável; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água e saneamento; 7. Energias renováveis; 8. Trabalho digno e crescimento econômico; 9. Inovação e infraestrutura; 10. Reduzir as desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Produção de consumo sustentável; 13. Combater as alterações climáticas; 14. Oceanos, mares e recursos marinhos; 15. Ecossistemas terrestres e biodiversidade; 16. Paz e justiça; 17. Parcerias para o desenvolvimento (FERNANDES, 2020). Dessa forma, a principal causa que motivou a criação dos ODS foi proporcionar o desenvolvimento nos aspectos social, econômico e ambiental para os 193 estados membros da ONU (VIEIRA; ABREU, 2022). Tendo em vista esse cenário, é relevante abordar as características do Índice de Sustentabilidade Empresarial que leva em consideração os aspectos citados anteriormente.

2.2 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi criado pela B3 em 2005 e inicialmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial. Considerado o primeiro índice de sustentabilidade na América Latina e o quarto no Mundo, o ISE tem como objetivo ser o indicador que mede o desempenho médio das cotações referentes aos ativos das empresas que foram selecionadas por serem reconhecidas pelo seu comprometimento com a sustentabilidade empresarial, visando apoiar os investidores no processo de tomada de decisão de investimentos, além de incentivar que as organizações adotem melhores práticas de sustentabilidade, tendo em vista que as práticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG) auxiliam na continuidade dos negócios (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2022). Em outras palavras, o Índice de Sustentabilidade Empresarial representa a junção do protagonismo da responsabilidade social, da governança e da defesa ambiental, visando caminhar na direção da responsabilidade socioambiental, do desenvolvimento sustentável e da segurança para os acionistas (SILVA, 2021).

Para que possam integrar a carteira do ISE B3 as companhias precisam atender cumulativamente uma série de critérios estabelecidos. São consideradas elegíveis ao processo as empresas que possuem ações entre as 200 mais negociadas no período de vigência das três últimas carteiras, deve ter presença em 50% dos pregões no período de vigência das três últimas carteiras, não é permitido ser classificadas como “*Penny Stock*” (ativos com cotação inferior a R\$ 1,00) e, por fim, a companhia precisa atender aos critérios de sustentabilidade, além de ser selecionada pelo Conselho Deliberativo do ISE. Dentre os motivos pela qual ocorre à exclusão das companhias da carteira do ISE B3, estão os ativos que: não atendem a qualquer um dos

critérios de inclusão citados anteriormente; durante o período de vigência da carteira passem a ser listados em ocorrência de intervenção, solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou estar presente em regime especial de administração temporária e; no decorrer do período de vigência da carteira tiveram envolvimento em incidentes que as tornam incompatíveis com os objetivos do ISE B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2022).

O processo seletivo é dividido em 7 fases, com destaque para a análise das respostas enviadas pelas organizações ao questionário estabelecido pelo ISE B3, cujo objetivo é avaliar os diversos aspectos ligados a sustentabilidade. A estrutura do questionário é formada por quatro níveis: dimensões, temas, tópicos e perguntas. Existem 5 dimensões que estão subdivididas em 28 temas, que são: Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócio e Inovação, Capital Social e Meio Ambiente. Além disso, há uma sexta dimensão, que se refere às variações no clima, cuja avaliação ocorre através do score do CDP-Clima. Vale ressaltar que essas dimensões e os temas são baseados no modelo do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) (OLIVEIRA, 2021). A seguir será apresentado as etapas ligadas ao processo de entrada de uma empresa na carteira do ISE.

Na primeira etapa do processo de inclusão de uma empresa na carteira do ISE, é enviado um convite à empresa; na segunda etapa, acontece uma avaliação quantitativa realizada através de questionários relacionados a fatores ESG no qual o valor referente a avaliação vai de 0 a 100 pontos percentuais, em seguida, as respostas ao questionário são enviadas ao Score CDP-Clima que realiza a avaliação das respostas da empresa no tocante à mudança no clima. Na terceira etapa, ocorre a coleta de evidências documentais e avaliação qualitativa. Na quarta etapa, é realizado o cálculo do score ISE, onde ocorre avaliação do Fator Qualitativo (FQ) que equivale a Nota Qualitativa (NQ) depois de ser convertida em fator de 0 a 1 e devidamente ajustada para impactar em 50% o Score-Base. Na etapa seguinte, é aplicado o *Rep Risk Index* (índice de risco reputacional em aspectos ESG) que faz a avaliação de 0 a 100 empresas onde é considerado o seu maior valor referente aos 2 anos anteriores da participação da seleção da carteira. Por fim, é realizado a aplicação da empresa na carteira do ISE conforme os critérios atendidos, além de estar de acordo com a metodologia do ISE B3, que apresenta as seguintes condições: I) nota mínima no Score ISE B3; II) apresentar nota mínima no desempenho quantitativo por tema; III) ter nota mínima na avaliação qualitativa das evidências documentais; IV) ter nota mínima no Score CDP-Clima; V) ter nota menor que o teto no *Rep Risk Index - Peak RRI* e; VI) atender a todos os requisitos mínimos que são aplicáveis ao setor da empresa (MENEZES, 2022).

Sendo assim, é necessário que cada empresa esteja de acordo com todos os critérios mencionados anteriormente para que possa fazer parte da carteira do ISE. A 16ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial que esteve em vigor no período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de dezembro de 2021, reuniu 46 ações, de 40 companhias, pertencentes a 15 setores e que juntas somaram R\$ 1,8 trilhão em valor de mercado, além de corresponder a 38% do total do valor das organizações com ações negociadas na B3, tendo como base o fechamento do dia 25 de novembro de 2020. Já a mais recente carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial foi divulgada em 29 de dezembro de 2021 e vigora no período de 03/01/2021 a 30/12/2022, sendo que em 30 de dezembro de 2021 a carteira reunia 46 ações, de 46 companhias, pertencentes a 27 setores e que juntas somavam R\$ 1,74 trilhão em valor de mercado, além de corresponder a 38,26% do total do valor das organizações com ações negociadas na B3. Vale ressaltar que em 02 de maio de 2022 ocorreu um rebalanceamento dos critérios de inclusão, em razão da entrada de duas novas empresas na carteira do ISE B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2022). Levando em consideração esse cenário, é importante demonstrar como a qualidade da informação contábil pode contribuir na apresentação de demonstrações contábeis mais confiáveis para os diversos grupos econômicos, pois para garantir que os resultados divulgados evidenciem com fidedignidade os eventos econômicos da organização é necessário que tenha qualidade, tendo em vista que ela é entendida como um fator indispensável neste processo informacional (QUEIROZ, 2020).

2.3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Quando se tem qualidade na informação contábil é possível identificar com segurança as decisões tomadas pelos gestores no tocante à destinação dos recursos colocados à disposição da entidade, além disso, pode-se assegurar que os resultados divulgados representem com fidedignidade os eventos econômicos da organização, pois a qualidade é entendida como um fator essencial neste processo informacional (QUEIROZ, 2020). A evidenciação voluntária de informações sustentáveis pode estar relacionada ao gerenciamento de resultados empresariais, podendo ser fator benéfico ou maléfico para a qualidade da informação contábil, pois depende do posicionamento dos gestores diante as suas estratégias (SILVA JÚNIOR, 2020).

A contabilidade tem em sua estrutura conceitual características qualitativas da informação financeiras úteis. Dentre as características qualitativas fundamentais estão a relevância e a representação fidedigna; já as características qualitativas de melhoria envolvem a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019). A qualidade da informação contábil é essencial para acionistas, reguladores, investidores, competidores e clientes, tendo em vista que promove a eficiência no processo de tomada de decisão (CARVALHO; PEIXOTO; LOPES, 2021). A questão é quando alguns gestores optam por “aumentar” a qualidade da informação contábil de maneira indiscriminada (ANDRADE, 2020).

A ação discricionária de alguns gestores sobre os resultados contábeis é vista como gerenciamento de resultados. A qualidade da informação contábil é afetada de forma negativa pelo poder discricionário dos gestores, sendo o gerenciamento de resultados um dos principais fatores prejudiciais a veracidade das informações contábeis. Em contrapartida, existem autores que afirmam que tal prática pode ser usada para finalidades úteis e positivas. Entretanto, os órgãos reguladores e alguns autores concluíram que o gerenciamento de resultados prejudica de forma direta a qualidade da informação contábil, ainda que exista alguns possíveis benefícios de tal prática, a finalidade dessa ação tem um viés mais oportunista. Sendo assim, é constatado que existe uma relação inversa entre o gerenciamento de resultados e a qualidade da informação contábil (SILVA JÚNIOR, 2020).

A utilização de algumas ferramentas pode contribuir para a melhoria da qualidade da informação contábil. Para Andrade (2020) o Regime de Informação do Sistema de Governança Corporativa (RISGC) é um recurso que auxilia na interpretação do sistema de relações de uma estrutura da governança corporativa, por meio da dinâmica de interação entre seus componentes através do mapeamento das ações que embutem conflitos entre indivíduos da governança, da gestão e da sociedade que juntos representam seu modo informacional, que afetam e influenciam todo o processo contábil que abrange a avaliação, mensuração, elaboração e, por fim, a divulgação através das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. A conformação do Regime de Informação do Sistema de Governança Corporativa (RISGC) segue as seguintes etapas: I) Identificar e descrever os elementos plurais e heterogêneos; II) Identificar, classificar e correlacionar atores e ações de informação; III) Analisar as relações entre os elementos do sistema de Governança e; IV) Conformar o RISGC. Andrade (2020) concluiu em sua pesquisa que a conformação do RISGC pode contribuir para a melhoria da qualidade da informação contábil e que inclusive poderia funcionar auxiliando na coibição de comportamentos oportunistas, além de ajudar na melhoria da qualidade da informação contábil para o usuário, por meio da evidenciação dos grupos propostos para a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). No próximo tópico o termo Gerenciamento de Resultados será abordado de maneira mais aprofundado.

2.4 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS (GR)

O gerenciamento de resultados é uma prática oportunista utilizada pela administração da empresa para fazer escolhas contábeis visando atender aos seus interesses, através de

incentivos de várias naturezas, porém, é importante destacar que o gerenciamento de resultados pode ocasionar a melhora ou piora dos resultados contábeis, tendo em vista que nem sempre o interesse da administração é evidenciar um resultado mais positivo (LOPES, 2021). A literatura destaca que o foco do gerenciamento de resultados está, especialmente, na manipulação dos resultados por meio dos *accruals* discricionários, no entanto, existe 3 formas de constatar a manipulação das informações contábeis: I) Por meio dos *accruals*; II) Por meio da manipulação das atividades operacionais; e III) Através da manipulação dos elementos das demonstrações contábeis (LOSI FILHO, 2021). Tendo em vista esse cenário, é essencial compreender quais são os tipos de *accruals* e como ocorre o processo de manipulação dos tópicos citados anteriormente.

Os *Accruals* são as divergências intertemporais existentes entre Lucro e Fluxo de Caixa, provenientes do regime de competência e que modificam o Fluxo de Caixa (PEDROSO; GRANDO; PAULO, 2020). Eles podem ser classificados como discricionários e não discricionários. No primeiro são realizados julgamentos, apesar de serem disciplinados por métodos e técnicas contábeis e que observem os demais princípios contábeis geralmente aceitos - ou *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP). Já os *accruals* não discricionários são aqueles que consistem em reavaliações objetivas de valores dos lançamentos contábeis, onde a sua variação ocorre por meio do lançamento contábil natural, característico. As metodologias de análise de práticas de gerenciamento de resultados são: os modelos de *accruals* agregados e a análise de *accruals* específicos. A primeira parte inicia da somatória das contas de acumulação para, em seguida, decompô-la em suas parcelas não discricionária e discricionária, sendo a discricionária responsável por medir o gerenciamento de resultados. Já a segunda é utilizada para avaliar o gerenciamento de resultados por meio de contas específicas (MAZULO; IARA; BRITTO, 2022).

A manipulação das informações contábeis consiste em um conjunto de práticas desenvolvidas pelos administradores, por meio das escolhas contábeis ou na alteração das atividades operacionais (reais) normais da empresa, com o intuito de interferir, propositalmente, na informação contábil reportada que, posteriormente, afeta na análise do desempenho da empresa ou pode influenciar as relações contratuais que dependem dos valores contábeis (PAULO, 2007). A manipulação das atividades operacionais (reais) ou *real management* (RM), acontece quando os administradores alteram as práticas operacionais normais com o intuito de modificar os números contábeis e, dessa forma, afetar a percepção dos que possuem interesse na firma no tocante ao seu desempenho e cumprimento dos contratos (LEAL, 2017). Já a manipulação realizada por meio da reclassificação dos elementos das demonstrações contábeis afeta a mensuração dos componentes dos ativos, passivos, patrimônio líquido, despesas e receitas e, conseqüentemente, prejudicam na análise da liquidez, endividamento, alavancagem e rentabilidade da empresa (PAULO, 2007).

Alguns autores buscaram desenvolver maneiras de captar o gerenciamento de resultados, através de modelos regressivos. Geralmente, a captação do nível de gerenciamento acontece pela estimação do resíduo das regressões (erro), onde é considerado o *accrual* discricionário. Na literatura é possível encontrar diferentes modelos de captação de *accruals* discricionários, sendo que todos eles buscam melhorar o modelo desenvolvido anteriormente, onde é facultativo a escolha e utilização desses modelos (SILVA JÚNIOR, 2020). A seguir será apresentado alguns modelos existentes na literatura que são considerados importantes para a realização da análise da manipulação de resultados e como ocorreu sua evolução.

Accruals é a diferença entre os lucros reportados e os fluxos de caixa das operações. Nesse modelo é observada a influência dos bônus dos gerentes. Resultados de testes comparando *accruals* para empresas cujos planos de bônus incluem e excluem um limite superior para apoiar ainda mais a teoria: mantendo os fluxos de caixa constantes, os *accruals* são menores para ano-empresa com limites superiores do plano de bônus obrigatório do que para ano-empresa sem limite superior. Essa diferença no tempo ou nos ganhos relatados é compensada quando o plano de bônus limites superiores não são obrigatórios. Os testes da

teoria também fazem uso das mudanças voluntárias nos procedimentos contábeis como um *proxy* para decisões contábeis discricionárias. Os resultados obtidos revelam que há uma alta incidência de mudanças voluntárias nos procedimentos contábeis durante os anos após a adoção ou modificação de um plano de bônus. Entretanto, os gerentes fazem não alterar os procedimentos contábeis para diminuir os ganhos quando o plano de bônus limites superiores ou inferiores são obrigatórios (HEALY, 1985).

Já no Modelo Jones (1991) é estabelecido uma relação linear entre os *accruals* totais, a variação nas vendas, o valor do ativo fixo tangível e os *accruals* discricionários. Estas variáveis mencionadas anteriormente são deflacionadas pelo ativo total do período anterior, com o intuito de diminuir a heterocedasticidade, possibilitando realizar comparações entre as empresas, na medida em que é controlado o efeito de escala. Foram desenvolvidos modelos buscando aprimorar as medidas de *accruals* totais discricionários utilizados em pesquisas anteriores, especificamente, modelos de séries temporais que são elaborados para estimar *accruals* não discricionários totais e teste transversais da hipótese de gerenciamento de resultados que são aplicados à medida de *accruals* discricionário resultante (JONES, 1991).

No Modelo Jones Modificado (1995) a análise empírica produz os seguintes *insights* principais. Primeiramente, todos os modelos ficam bem especificados quando são aplicados a uma amostra aleatória de empresa-ano. Em segundo lugar, todos os modelos geram testes que são de baixa capacidade para gerenciamento de resultados de magnitudes economicamente plausíveis. Em terceiro lugar, todos os modelos rejeitam a hipótese nula de nenhum gerenciamento de resultados no tocante a taxas que excedam os níveis de teste especificados quando são aplicados a amostras de empresas que possuem desempenho financeiro extremo. Por fim, uma versão do modelo desenvolvido por Jones (1991) que é modificado visando detectar o gerenciamento de resultados baseado em receitas para gera menos erros do tipo II. Essa modificação tem como objetivo eliminar a tendência conjecturada do Modelo Jones (1991) de mensurar as provisões discricionárias com erro quando a discricionariedade é realizada sobre as receitas. Sendo assim, no Modelo Jones Modificado (1995) os *accruals* não discricionários são estimados durante o período do evento, ou seja, nos períodos em que o gerenciamento de resultados é hipotetizado (DECHOW; SLOAN; SWEENWY, 1995).

O Modelo de Dechow e Dichev (2002) realizou uma nova abordagem para avaliar a qualidade dos *accruals* e dos ganhos, supondo que os *accruals* são ajustes temporários que resolvem problemas de tempo nos fluxos de caixa subjacentes ao custo de fazer estimativas e suposições. Estimativas precisas implicam uma boa correspondência entre provisões atuais e realizações de fluxos de caixa passados, presentes e futuras. Já as estimativas imprecisas ou errôneas diminuem a função benéfica das provisões. Uma característica relevante desse modelo é que a noção de erros de estimativa inclui erros intencionais e não intencionais. Além disso, esse modelo sugeriu uma nova medida de um aspecto da qualidade dos *accruals* de capital de giro e ganhos. Foi discutido que a qualidade dos *accruals* diminui na magnitude do erro de estimativa dos *accruals*. Sendo assim, foi feita uma medida empírica da qualidade dos *accruals* como os resíduos de regressões específicas da empresa relacionadas as mudanças de capital de giro no passado, presente, e fluxos de caixa operacionais futuros. Por fim, foi apresentado que a medida da qualidade dos *accruals* está positivamente relacionada com a persistência dos lucros (DECHOW; DICHEV, 2002).

No Modelo de McNichols (2002), a autora fez um comentário sobre o artigo de Dechow e Dichev (2002) destacando que eles propõem uma medida da qualidade das provisões e ganhos tendo como base a medida em que os *accruals* mapeiam as realizações de fluxo de caixa em períodos de tempo contemporâneos e adjacentes. Sustentando sua medida da qualidade dos lucros está a noção de que os *accruals* correspondem as estimativas do fluxo de caixa futuro a realizar, de modo que a qualidade das provisões e ganhos representa uma função inversa da precisão desses *accruals*. Para ela, Dechow e Dichev (2002) modelam a qualidade dos ganhos como a magnitude dos erros dos *accruals* e fornecem estimativas empíricas construídas a partir disso, tendo como base a relação entre *accruals* e fluxos de caixa. Foi caracterizado a inovação

e as limitações desse modelo, onde buscou fornecer evidência de erro de medição em sua especificação empírica. A autora também se adaptou ao modelo para avaliar a especificação do Modelo Jones (1991) e relatou que este modelo fornece estimativas dos *accruals* discricionários que são associados a fluxos de caixa, que provavelmente serão substancialmente não discricionários. Fatores estruturais e econômicos são capazes de causar variação na precisão das *accruals* de acréscimos, independentemente da presença ou ausência de intervenções gerenciais no processo de relatório. Além disso, a experiência gerencial pode afetar a precisão dos *accruals*, mesmo que ainda outros fatores que afetam a precisão sejam mantidos constantes (MCNICHOLS, 2022).

No Modelo de Kothari, Leone e Wasley (2005) foi analisado a especificação e o poder dos testes tendo como base o desempenho combinando *accruals* discricionários, e fazendo comparações com os testes utilizando as tradicionais medidas de acumulação (por exemplo, Modelo Jones 1991 e Modelo Jones Modificado). Para fins comparativos foi realizado testes de controle de desempenho em acréscimos discricionários utilizando uma regressão linear, ou seja, o *Return on Asset* (ROA) é adicionado ao Modelo de Jones (1991) e Jones Modificado (1995) como um regressor adicional. Atuação a correspondência usando ROA, com base no Modelo Jones (1991) e Jones Modificado (1995), tem um desempenho melhor e mais confiável em geral, exceto em amostras de alto crescimento de vendas ou em baixos fluxos de caixa como porcentagem de ativos totais, além disso ele não resolverá problemas de especificação errada em amostras de capitalização de ações em mercado pequenos ou muito grandes (KOTHARI; LEONE; WASLEY, 2005)

Já no Modelo de Roychowdhury (2006) foi encontrado evidências consistentes de que os gerentes realizam a manipulação das atividades reais com o objetivo de evitar relatórios anuais de perdas. Além disso, foram descobertas evidências sugerindo descontos de preços para elevar temporariamente as vendas, superprodução para informar menor custo de mercadorias vendidas e diminuição de despesas discricionárias para melhorar as margens reportadas. A análise transversal mostrou que essas atividades são menos prevalentes em presença de investidores mais sofisticados. Outros fatores que tem a capacidade de influenciar a manipulação de atividades reais incluem a adesão da indústria, o estoque de mercadorias, contas a receber, e incentivos para atingir zero ganhos. Além disso, existe algumas evidências de manipulação de atividades reais para atender as previsões anuais feitas pelos analistas. Esse modelo desenvolveu métodos empíricos para identificar a manipulação de atividades reais em grandes amostras; documentou evidências consistentes com a manipulação de atividades reais envolta dos limites de ganhos, em particular, o limiar zero; forneceu informações sobre os fatores que afetam a natureza e a extensão da manipulação das atividades reais. Por fim, foram encontradas evidências de manipulação de atividades reais entre empresas que buscam evitar erros nas previsões anuais (ROYCHOWDHURY, 2006).

Dessa maneira, é possível concluir que cada método de análise da manipulação de resultados tem sua própria característica e cabe aos usuários escolher aquele que atenda de forma satisfatória suas necessidades. Para esse trabalho foi utilizado como base o artigo de Costa e Soares (2022) que apresenta um tutorial para mensurar o nível de gerenciamento de resultados, no qual os autores consideram uma mensuração usando os modelos: Jones Padrão; Jones Modificado; Jones Modificado com ROA e; Jones Modificado considerando fluxo de caixa e reversões. O primeiro modelo pode ser adotado e interpretado como uma medida de representação do gerenciamento de resultados por *accruals*. O segundo modelo pode ser interpretado como sendo semelhantes ao Jones Padrão e uma melhora nos *accruals* de gerenciamento de resultados, mais especificamente na parte discricionária dos *accruals*. Já o terceiro modelo expande a precisão das métricas para o controle de desempenho. E o quarto modelo inclui confiabilidade e evita problemas intrínsecos de variáveis omitidas, embora ainda carregue simultaneidade teórica (COSTA; SOARES, 2022). No próximo tópico será apresentado alguns estudos anteriores relacionados ao tema desse trabalho.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

O Quadro 2 detalha autores, objetivos e resultados obtidos em seus trabalhos em relação a influência exercida pela sustentabilidade no gerenciamento de resultados das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Quadro 2 – Estudo correlatos ao tema.

AUTORES	OBJETIVO	RESULTADOS
Silva (2014)	O objetivo foi avaliar se a entrada no ISE leva à redução no gerenciamento de resultados ou se esta seria apenas uma forma indireta de reunir fatores já ligados diretamente com a qualidade da informação contábil.	As evidências sugerem uma relação negativa entre os <i>accruals</i> discricionários e a participação no ISE.
Silva (2016)	O estudo avaliou se existe uma relação entre o <i>disclosure</i> voluntário ambiental e o gerenciamento de resultados de companhias listadas na BM&FBOVESPA.	Os resultados indicam que companhias com menores níveis de gerenciamento de resultados têm maior probabilidade de divulgarem voluntariamente o relatório de sustentabilidade.
Silva e Costa (2017)	O objetivo deste artigo foi avaliar se a entrada no Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISE) leva à redução no gerenciamento de resultados ou se esta seria apenas uma forma indireta de reunir fatores já ligados diretamente com a qualidade da informação contábil.	Os resultados sugerem uma relação negativa entre os <i>accruals</i> discricionários e a participação no ISE, indicando que não é a entrada no ISE que leva as empresas a gerenciarem menos os resultados, mas sim os critérios estabelecidos pela BM&FBovespa para participação no índice, tais como relatório de sustentabilidade, tamanho e nível de governança.
Cunha e Campo (2018)	O objetivo deste estudo é analisar o comportamento de graus de gerenciamento de resultados mediante decisões operacionais de companhias não financeiras listadas na BM&FBOVESPA, dentre as quais, empresas que fizeram parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE no período de 2005 a 2015.	Os resultados sugerem que as empresas inseridas na carteira ISE apresentam maiores graus de gerenciamento de resultados por decisões operacionais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 2 mostrou que as pesquisas sobre o tema vêm sendo realizada ao logo dos anos. Esse assunto está sendo mais investigado por pesquisadores, tendo em vista sua importância para a sociedade e para os diversos grupos econômicos que utilizam as informações fornecidas pelas empresas no processo de tomada de decisão no tocante aos seus investimentos ou apenas consulta. Levando em consideração esse cenário, nada mais justo que realizar pesquisas para que esses usuários não sejam prejudicados por demonstrações manipuladas pelos gestores através do gerenciamento de resultados.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa teve como objetivo averiguar a influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultados das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil Bolsa Balcão (B3). Para isso, quanto aos objetivos o estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, pois os dados foram observados, registrados, classificados e interpretados, sem qualquer manipulação do investigador (GOMES; GOMES, 2020). Quanto aos procedimentos, foi realizado uma pesquisa documental para análise longitudinal da influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultados das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, por meio da abordagem quantitativa dos dados referentes ao período de 2018 a 2021, sendo que os dados das empresas no ano de 2017 também foram

coletados por serem necessários para a apuração dos *accruals* discricionários, totalizando uma amostra composta por 346 empresas não financeiras. O número de observações variou entre 271 e 313 observações, em razão de algumas empresas não possuírem todas as variáveis em todos os anos e nos dois modelos utilizados para mensurar o nível de gerenciamento de resultados.

A coleta de dados ocorreu através dos demonstrativos financeiros “padronizados” de cada empresa extraídos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que também podem ser obtidos nos sites eletrônicos da B3 ou do banco de dados Economatica. As demonstrações contábeis utilizadas foram os Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Fluxo de Caixa e as Demonstrações do Resultado dos Exercícios, pois elas contêm os dados necessários para calcular os *accruals* discricionários através do modelo Jones Padrão e do modelo Jones Modificado e, posteriormente, identificar o gerenciamento de resultados das empresas. O segundo foi um dos modelos escolhido porque segundo Lima (2021) ele é usado amplamente na literatura para identificar o nível de Gerenciamento de Resultados das empresas.

A lista de contas usadas na elaboração dos dados foi: Year: é a data do encerramento do ano (31 de dezembro) do respectivo ano; B3_sector: Corresponde ao setor industrial da empresa "i": 1 = Indústrias, 2 = Consumo cíclico, 3 = Consumo não cíclico, 4 = Setor elétrico, 5 = Materiais básicos, 6 = Petróleo, gás e biocombustíveis, 7 = Saúde, 8 = Tecnologia da Informação, 9 = Telecomunicações, 10 = Serviços Públicos; Ativos: Ativos totais no Ano t, para a empresa I; Ativo Corrente: Ativo circulante no ano t, para a empresa I; Caixa: Caixa e equivalentes de caixa no ano t, para a empresa I; Contas recebíveis: Contas a receber no ano t, para a empresa I; Estoques: Estoques no ano t, para a empresa I; Ativos intangíveis: Ativos intangíveis no ano t, para a empresa I; Ativo diferido: Ativo diferido no ano t, para a empresa I; Imobilizado: Imobilizado no ano t, para a empresa I; Passivo Corrente: Passivo circulante no ano t, para a empresa I; STD: Dívidas no passivo circulante; Ativo não Circulante: ativo não circulante no ano t, para a empresa I; Receita: Receita no ano t, para a empresa I; Depreciação: Despesas de depreciação no ano t, para a empresa I; net_income: Lucro líquido no ano t, para a empresa I; Fluxo de Caixa Operacional no ano t, para a empresa I (COSTA; SOARES, 2022).

Para medir o nível de gerenciamento de resultado das empresas listadas no índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 foi utilizado como base o artigo de Costa e Soares (2022) que apresenta um passo a passo sobre o *proxy* de *accruals* usado para medir o gerenciamento de resultados levando em consideração os modelos Jones Padrão e Jones Modificado. Após isso, foi feito um teste para verificar a distribuição da amostra e, em seguida, outro teste para obter se as empresas do ISE são diferentes no tocante ao nível de gerenciamento de resultados. A amostra engloba apenas as instituições não financeiras.

Foi realizado a divisão das empresas da B3 em dois grupos. O primeiro grupo corresponde a todas as empresas que fizeram, ao menos uma vez, parte da carteira do ISE nos anos de 2018 a 2021. Já o segundo grupo abrange todas as empresas da B3 que não fizeram parte da carteira do ISE nos anos de 2018 a 2021. Em seguida, foi realizado uma análise entre os dois grupos visando identificar se o primeiro grupo possui menor nível de gerenciamento de resultado que o segundo, vice-versa. Tais métodos mencionados anteriormente foram escolhidos porque juntos foram capazes de evidenciar de maneira clara as informações necessárias para atingir o objetivo do trabalho que é averiguar a influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultados das empresas.

Buscando identificar a influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultados das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e no Brasil Bolsa Balcão (B3), foram executados testes estatísticos e os cálculos das regressões utilizando o *software* STATA e, posteriormente, realizou-se as análises descritivas dos dados separadamente por ano e, em seguida, foi feita uma análise descritiva conjunta dos dados levando em consideração todo o período de 2018 a 2021, salienta-se que os dados das empresas do grupo ISE e NÃO ISE do ano de 2017 também foram coletados mas são “perdidos” durante a rodagem nos modelos

utilizados para medir o gerenciamento de resultado, com intuito de observar as características e comportamento das variáveis da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico destina-se para análise e discussão dos resultados obtidos na investigação sobre a influência exercida pela sustentabilidade nos níveis de gerenciamento de resultados. Para isso, utilizou-se o Modelo Jones Padrão (1991) e o Modelo Jones Modificado (1995) para mensurar a quantidade de gerenciamento de resultado das empresas que, ao menos uma vez, pertenceram a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e das empresas que não estiveram presentes na carteira do ISE. Essa divisão foi feita por meio do levantamento e conferência da carteira do ISE e das demais empresas em cada ano no período de 2017 a 2021, mas para análise descritiva o período utilizado foi de 2018 a 2021, pois se “perde” um ano durante a rodagem.

Para medir o nível de gerenciamento de resultados foram utilizadas quatro informações sobre o comportamento dos dados que contribuiriam para a elaboração da análise descritiva dos dados, são elas a média, o desvio padrão, o mínimo e o máximo. Quando o valor se encontra mais próximo de zero isso significa que o grupo gerencia menos seus resultados, e quanto mais distante o valor estiver de zero denota que o grupo gerencia mais seus resultados (MOURA; CARMARGO; ZANIN, 2017). Dessa forma, quanto maior for o resultado do gerenciamento, menor a qualidade do resultado reportado (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008). A Tabela 1 evidencia a análise descritiva dos dados da amostra, divididas entre o grupo das empresas pertencentes ao ISE (ISE) e do grupo das empresas que não pertencem ao ISE (NÃO ISE), apresentadas ano a ano, referentes ao período de 2018 a 2021.

Tabela 1 – Análise descritiva dos dados da amostra

Ano	Classificação	Modelo	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2018	ISE	Jones Padrão	19	0,0188	0,0866	-0,1448	0,1552
		Jones Modificado	19	0,0006	0,0015	-0,0015	0,0046
	NÃO ISE	Jones Padrão	252	-0,0014	0,1987	-0,9375	0,9925
		Jones Modificado	252	0,0237	0,3640	-0,0154	5,7792
2019	ISE	Jones Padrão	18	0,0599	0,1020	-0,1667	0,1874
		Jones Modificado	18	0,0007	0,0015	-0,0023	0,0048
	NÃO ISE	Jones Padrão	269	-0,0040	1,3584	-21,8192	1,4857
		Jones Modificado	269	0,0007	0,0042	-0,0223	0,0274
2020	ISE	Jones Padrão	21	0,6732	0,9866	-1,0060	2,4768
		Jones Modificado	21	0,0656	0,1162	-0,0813	0,3972
	NÃO ISE	Jones Padrão	282	-0,0501	5,5423	-87,6296	9,5278
		Jones Modificado	281	346,2141	5517,928	-1,2351	92387,69
2021	ISE	Jones Padrão	30	0,0066	0,1432	-0,2191	0,5397
		Jones Modificado	30	0,0027	0,0052	-0,0035	0,0254
	NÃO ISE	Jones Padrão	283	-0,0007	0,2568	-1,8042	1,7449
		Jones Modificado	283	0,0044	0,0113	-0,0338	0,1146

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No ano de 2018, obteve-se 19 observações do grupo ISE e 252 observações do grupo NÃO ISE. Ao observar os valores Mínimos e Máximos no Modelo Jones Padrão (1991) constatou-se que as empresas inseridas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) apresentaram o maior valor mínimo e o menor valor máximo quanto ao resultado de gerenciamento, enquanto as empresas do grupo NÃO ISE tem o menor valor mínimo e o maior valor máximo quanto ao resultado de gerenciamento. Porém, ao comparar a média desses dois grupos, concluiu-se que no Modelo Jones Padrão (1991) as empresas não pertencentes ao ISE gerenciam menos seus resultados. Já no Modelo Jones Modificado (1995), em média, as

empresas pertencentes ao grupo NÃO ISE possuem o maior nível de gerenciamento de resultado, uma vez que seus valores se encontram mais distante de zero (MOURA *et al.*, 2016). Por outro lado, as empresas do grupo ISE gerenciam menos os seus resultados, reafirmando o resultado do estudo de Silva (2014) que destacou uma relação negativa entre os *accruals* discricionários e as empresas com participação no ISE. Além disso, Silva (2014) relatou que os resultados mostram que os critérios definidos pela BM&FBOVESPA para participação das empresas no índice é o que leva essas empresas a gerenciarem menos seus resultados. Vale ressaltar, que o grupo das empresas ISE apresentou o maior valor mínimo e o menor valor máximo referente ao resultado do gerenciamento no Modelo Jones Modificado (1995) ao ser comparada com o grupo das empresas NÃO ISE.

Em 2019, identificou-se um total de 18 observações do grupo ISE e 269 observações do grupo NÃO ISE. Ao verificar a análise dos dados do Modelo Jones Padrão (1991) conclui-se que as empresas do grupo NÃO ISE apresentam o menor valor mínimo e o maior valor máximo no tocante ao resultado do gerenciamento. Já as empresas que fazem parte do grupo ISE possuem o maior valor mínimo e o menor valor máximo referente ao resultado do gerenciamento. Todavia, ao comparar a média das empresas do grupo ISE com a média das empresas do grupo NÃO ISE notou-se que o segundo grupo detém o menor nível de gerenciamento de resultados. Já no Modelo Jones Modificado (1995) constatou-se que, em média, as empresas incluídas na carteira do ISE têm os menores níveis de gerenciamento de resultados, concordando com os resultados dos estudos de Silva (2016) no qual mostraram que as empresas maiores e presentes no ISE₂ que reportam mais informações ambientais₂ possuem os menores níveis de gerenciamento de resultados. O Modelo Jones Modificado (1995) pode ser interpretado como um modelo parecido com o Jones Padrão (1991)₂ que possui uma melhoria nos ganhos de *accruals* gerenciais, especificamente na parte dos *accruals* discricionários (COSTA; SOARES, 2022). O Modelo Jones Padrão assume implicitamente que a discricionariedade não é exercida sobre a receita nem no período de estimativa nem no período do evento. A versão Jones Modificada assume implicitamente que todas as mudanças nas vendas a prazo no período do evento decorrem do gerenciamento de resultados (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995). O Modelo Jones Modificado pretende consertar o problema do Modelo de Jones original, ajudando na detecção da manipulação de resultados realizada através das vendas (MONTEIRO, 2022).

Já o ano de 2020, contou com 21 observações do grupo ISE e 282 do grupo NÃO ISE. No Modelo Jones Padrão (1991), em média, averiguou-se que o menor nível de gerenciamento de resultados se encontra nas empresas do grupo NÃO ISE. O grupo das empresas NÃO ISE obteve o menor valor mínimo e o maior valor máximo quanto ao resultado de gerenciamento, enquanto o grupo das empresas ISE apresentou o maior valor mínimo e o menor valor máximo no tocante ao resultado do gerenciamento. Devido ao alto nível de desvio padrão não foi possível realizar a interpretação dos dados obtidos no Modelo Jones Modificado (1995).

Por fim, no ano de 2021, foram registradas 30 observações do grupo ISE e 283 do grupo NÃO ISE. Após ter realizado um comparativo dos dados obtidos no Modelo Jones Padrão (1991) verificou-se que, em média, as empresas do grupo NÃO ISE apresentam menores níveis de gerenciamento de resultados se comparado as empresas do grupo ISE. O grupo NÃO ISE detém o menor valor mínimo e o maior valor máximo referente ao resultado do gerenciamento, ou seja, estão mais distantes de zero. Já no Modelo Jones Modificado (1995) notou-se que as empresas inseridas no Índice de Sustentabilidade Empresarial têm, em média, os menores níveis de gerenciamento de resultados, coincidindo com o resultado do estudo de Silva e Costa (2017) que evidenciou uma relação negativa entre os *accruals* discricionários e a participação das companhias no índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Vale destacar que o grupo das empresas NÃO ISE obteve o menor valor mínimo e o maior valor máximo no que tange o resultado do gerenciamento.

A Tabela 2 apresenta o resumo de todos os dados obtidos das empresas pertencentes ao grupo ISE e das empresas presentes no grupo NÃO ISE, levando em consideração a quantidade

de observações, a média, o desvio padrão, valor mínimo e valor máximo, no período de 2018 a 2021.

Tabela 2 – Resumo da análise descritiva dos dados da amostra

Classificação	Modelo	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ISE	Jones Padrão	88	0,1792	0,5585	-1,0060	2,4768
	Jones Modificado	88	0,0169	0,0622	-0,0813	0,3972
NÃO ISE	Jones Padrão	1,086	-0,0145	2,9048	-87,6296	9,5278
	Jones Modificado	1,085	89,6715	2808,505	-1,2351	92387,69

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No total foram obtidas 88 observações do grupo ISE e 1.086 observações do grupo NÃO ISE. Considerando os valores obtidos no Modelo Jones Padrão (1991) é possível concluir que, em média, as empresas do grupo NÃO ISE gerenciam menos seus resultados se comparadas com as empresas que pertencem ao grupo ISE, que apresentam maior nível de gerenciamento de resultados, corroborando com o resultado dos estudos de Cunha e Campos (2018). Ao confrontar os valores mínimo e máximo desses dois grupos no Modelo Jones Padrão (1991), conclui-se que as empresas que estão incluídas no grupo NÃO ISE detém o menor valor mínimo e o maior valor máximo quanto ao resultado do gerenciamento. Já no Modelo Jones Modificado (1995) não foi possível mencionar qual dos dois grupos possui o menor e maior nível de gerenciamento de resultado em razão do valor elevado do desvio padrão e do resultado do valor-p obtido no teste de *Kruskal-Wallis*.

Foi utilizado o teste de *Kruskal-Wallis* para verificar a hipótese nula de que todas as populações apresentam funções de distribuição semelhantes contra a hipótese alternativa onde pelo menos duas das populações apresentam funções de distribuição diferentes. Caso o valor-p $\leq 0,05$, a hipótese nula pode ser rejeitada (ALMEIDA *et al.*, 2022). A Tabela 3 apresenta as informações sobre a realização do teste de *Kruskal-Wallis*, visando determinar se há ou não uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos.

Tabela 3 – Teste de *Kruskal-Wallis* para diferença do nível de gerenciamento de resultados entre empresas que pertencem ou não pertencem ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Classificação	Modelo	Observações	Rank Sum	χ^2
Jones Padrão	ISE	88	44333,00	5,800**
	NÃO ISE	1,086	645392,00	
Jones Modificado	ISE	88	49595,00	0,455
	NÃO ISE	1,085	638956,00	

Níveis de significância: * $< 0,1$; ** $< 0,05$; *** $< 0,01$.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise realizada a partir dos dados de gerenciamento de resultados fornecidos pelo modelo de Jones Padrão apresentou diferença estatística significativa entre os grupos, ao nível de 5%. Dessa forma, com um nível de significância de 5%, pode-se inferir que há uma diferença com relação ao nível de gerenciamento de resultados entre as empresas que estão presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e as empresas que não estão presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (NÃO ISE), quando da utilização do modelo de Jones Padrão. Enquanto os dados resultantes do teste em que se considerou o modelo de Jones Modificado para a variável de gerenciamento, não apresentou diferença estatisticamente significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável o crescimento dos debates ligados a inclusão da sustentabilidade nos modelos de gestão das organizações. Em razão da demanda e das pressões exercidas pela sociedade e

pelos diversos grupos econômicos, em especial os *stakeholders*, algumas organizações buscaram tomar determinadas atitudes, como o consumo sustentável e responsável para a produção de produtos/bens, visando executar suas atividades de forma mais sustentável. Tendo em vista esse cenário, algumas empresas procuraram fazer parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que demonstra e mensura o nível de comprometimento das empresas com a sustentabilidade. Outro ponto que merece atenção é verificar se a entrada das empresas na carteira do ISE contribui para o aumento do nível de gerenciamento de resultado. Sendo assim, esse trabalho teve como objetivo geral averiguar a influência da sustentabilidade no gerenciamento de resultado das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil Bolsa Balcão (B3).

Os resultados obtidos no modelo Jones Padrão nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 sugerem que, em média, as empresas do grupo NÃO ISE apresentam o menor nível de gerenciamento de resultados ao serem comparadas com o grupo das empresas ISE. Os achados apontaram que no modelo Jones Padrão as empresas do grupo ISE detém o maior valor mínimo e o menor valor máximo quanto ao resultado do gerenciamento. Vale ressaltar que quando o valor obtido se encontra mais próximo de zero significa que o grupo gerencia menos seus resultados, sendo assim, o grupo das empresas NÃO ISE evidenciaram o menor nível de gerenciamento de resultado com base no modelo Jones Padrão, considerando as informações observadas na análise descritiva. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi alcançado, tendo em vista que os dados mencionados anteriormente demonstram que as empresas consideradas sustentáveis gerenciam mais seus resultados, enquanto as empresas consideradas não sustentáveis gerenciam menos seus resultados.

Dentre as principais limitações metodológicas está a possibilidade de analisar apenas os dados obtidos no modelo Jones Padrão, uma vez que demonstrou diferença estatística significativa entre o grupo ISE e o grupo NÃO ISE, ao nível de 5%. Já os dados obtidos do teste *Kruskal-Wallis* no modelo Jones Modificado, para a variável de gerenciamento, não apresentaram diferença estatisticamente significativa, em razão do seu valor-p obtido ser maior que 10%. Sendo assim, não é possível afirmar que o grupo ISE e o grupo NÃO ISE apresentam diferenças significativas quanto ao nível de gerenciamento de resultados. Outra limitação foi o fato que algumas empresas não divulgaram as informações necessárias para realizar a testagem em todos os anos utilizados na pesquisa, influenciando na variação das observações. Vale ressaltar que foi realizada a coleta de dados somente de instituições não financeiras, o que ocasionou a exclusão das instituições financeiras, causando uma diminuição na amostra.

Este estudo contribui para a comunidade acadêmica, para os diversos grupos econômicos e para a sociedade em geral pois averiguou e identificou a influência que a sustentabilidade exerce no nível de gerenciamento de resultados das empresas que, em algum momento, participaram ou não do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), auxiliando tais indivíduos no processo de tomada de decisão. Posto isso, em relação às futuras pesquisas, recomenda-se que sejam utilizados outros modelos existentes na literatura para apuração do *accruals* discricionários bem como o uso de um maior número de variáveis relacionadas ao desempenho das empresas ligada a área da sustentabilidade, além de utilizar empresas de outros países, visando comparar seus resultados com os resultados das empresas brasileiras. Outra sugestão seria levar em consideração um período de análise maior que 5 anos, com o intuito de obter uma amostra maior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. C. *et al.* Utilização dos testes estatísticos Kruskal-Wallis e Mann-Whitney para avaliação de sistemas de solos reforçados com geotêxteis. **Matéria**, Rio de Janeiro, v. 27, 2022, p. 1-17.

ANDRADE, L. M. N. **Regime de informação do sistema de governança corporativa: um enfoque na qualidade da informação contábil**. 2020. 234 f. Tese (Doutorado Interinstitucional em Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ANTONOVZ, T. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: InterSaber, 2014 (Serie Gestão Financeira). 2 Mb; *E-book*.

B3 - BRASIL, BOLSA e BALCÃO. **Carteiras e questionários – ISE**. Disponível em: <http://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios>. Acesso em: 14 ago. 2022.

B3 - BRASIL, BOLSA e BALCÃO. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>. Acesso em: 14 ago. 2022.

B3 - BRASIL, BOLSA e BALCÃO. **Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Disponível em: https://www.b3.com.br/data/files/84/87/4F/8B/06722810C493CD08AC094EA8/ISE%20B3_Metodologia%2021jul2022.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. Normas internacionais de contabilidade e qualidade contábil. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008. Disponível em: DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x. Acesso em: 01 fev. 2023.

BATISTA, G. V. Liderança 4.0 e Sustentabilidade: Gerenciamento de Projetos Inovadores no Contexto da 4ª Revolução Industrial. *In: IX ENSUS – Encontro de Sustentabilidade em Projeto*, 2021, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2021. p. 189-199.

BRITO, B. D. C.; MASTRODI, J. A segunda conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos: dos preparativos às alterações na legislação brasileira—parte I. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 3, p. 1495-1514, 2021.

CAPINZAIKI, M. R. Regimes Internacionais e Governança Climática: Reflexões teóricas e perspectivas. *In: Seminário de Pesquisa Interdisciplinar*, 6., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Unisul, 2015. p. 195-211.

CARVALHO, L.; PEIXOTO, F. M.; LOPES, F. C. C. Gerenciamento de resultados, ativos intangíveis e controle familiar: análise da qualidade da informação contábil brasileira. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 40, n. 2, p. 153-170, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2022.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Um índice de avaliação da qualidade da governança corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 22, n. 55, p. 45–63, 2011.

- COSTA, C. M.; SOARES, J. M. M. V. Jones padrão e Jones modificado: um tutorial de gerenciamento de resultados. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. 2, 2022. e200305. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022200305.en>.
- CUNHA, E. P. da; CAMPOS, G. M. Análise do comportamento de graus de gerenciamento de resultados mediante decisões operacionais no contexto do índice de sustentabilidade empresarial-ISE. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 4, p. 49-66, 2018.
- DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accrual earnings: The role of accrual estimation error. **The Accounting Review**, v. 77, p. 35–59, 2002.
- DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting Earnings Management. **The Accounting Review**, v. 70, n. 2, p. 193–225, 1995.
- DECHOW, P. M.; SKINNER, D. J. Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators. **Accounting horizons**, v. 14, n. 2, p. 235-250, 2000.
- FERNANDES, M. L. **Sustentabilidade empresarial: um estudo com as empresas associadas à Redepetro/RN**. 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- GOMES A. S., GOMES C. R. A. Classificação dos tipos de pesquisa em informática na educação. In: JAQUES, P. A., *et al.* (org.). **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Concepção de Pesquisa**. Porto Alegre: SBC; 2020 (Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 1). p. 1-33.
- GONZALEZ, A. C.; COSTA, M. L.; SIGNOR, A. Desenvolvimento sustentável: perspectivas e desafios para a sociedade moderna. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 2, n. 2, 2020.
- GONÇALVES, G. P.; ARMADA, C. A. S. Governança Ambiental Global e Mudança Climática: Perspectivas de uma efetiva governança global para a justiça ambiental e climática pós-acordo de Paris. In: Congresso Internacional de Direitos Difusos, 1., 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2017. v. 1.
- HEAY, P. M. The effect of bonus schemes on accounting decisions. **Journal of Accounting and Economics**, n. 1, v. 3, p. 76–111, 1985.
- JONES, J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**, v. 29, n. 2, p. 193–228, 1991.
- KOTHARI, S. P.; LEONE, A. J.; WASLEY, C. E. Performance matched discretionary accrual measures. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 163–197, 2005.
- LEAL, L. T. Y. **Análise dos modelos operacionais para detecção de gerenciamento de resultados contábeis através de atividades operacionais**. João Pessoa, 2017. 55 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. D. Earnings management and investor protection: an international comparison. **Journal of Financial Economics**, v. 00, p. 0–33, 2003.

LIMA, R. V. A. **Gerenciamento de resultado contábil e a Lei de Newcomb e Benford: uma análise na constituição de provisões das empresas listadas na B3.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021.

LOPES, D. R. **Gerenciamento de resultados em companhias com contratos de concessão de distribuição de energia prorrogados.** 2021. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

LOSI FILHO, O. G. **Manipulação de informações contábeis: diferenças de gerenciamento de resultados por meio de *accruals* discricionários entre empresas com matriz interna e externa.** 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

LOU, Y. I.; WANG, M. L. Fraud risk factor of the fraud triangle assessing the likelihood of fraudulent financial reporting. **Journal of Business & Economics Research**, v. 7, n. 2, 2009.

MACHADO, M. R. R.; GARTNER, I. R. A Hipótese de Cressey (1953) e a Investigação da Ocorrência de Fraudes Corporativas: Uma Análise Empírica em Instituições Bancárias Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 29, n. 76, p. 60-81, 2018.

MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de resultados no Brasil: um levantamento da literatura. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, pág. 1-31, 2013.

MAZULO, E. S.; IARA, R. N.; BRITTO, P. A. P. Provisão de perdas e gerenciamento de resultados em instituições financeiras: uma análise a partir dos maiores bancos brasileiros. **Revista Ambiente Contábil**, v. 14, n. 2, p. 112-128, 2022.

MCNICHOLS, M. F. Discussion of the Quality of Accruals and Earnings: The Role of Accrual Estimation Errors. **The Accounting Review**, v. 77, n. 1, p. 61-69, 2002.

MENEZES, J. V. de O. **Análise da influência das práticas ESG no desempenho econômico-financeiro das empresas de capital aberto.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MICHELETTI, C. V. **A evolução da governança climática e a inserção do Sul Global como agente: da Conferência de Estocolmo à Rio+ 20.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MONTEIRO, J. P. R. **Características do Conselho de Administração e manipulação de resultados em empresas cotadas na Euronext Lisbon.** 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School, 2022.

MOURA, G. D.; ALMEIDA, I. X.; VECCHIA, L. A. D. Influência da Independência do Conselho de Administração no Gerenciamento de Resultados. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 20, n. 3, p. 370-391, 2017

MOURA, G. D.; DE CAMARGO, T. F.; ZANIN, A. Competitividade de Mercado e Gerenciamento de Resultados: um estudo sob a ótica da teoria da contingência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 49, p. 86-101, 2017.

MOURA, G. D. *et al.* Análise da relação entre gerenciamento de resultados e custo de capital em empresas brasileiras listadas na BM&Fbovespa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 15, n. 44, p. 9-23, 2016.

OLIVEIRA, M. S. **Desempenho econômico-financeiro durante a pandemia de COVID-19: uma análise comparativa entre companhias brasileiras pertencentes e não pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária.** 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados.** 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEDROSO, M. F.; GRANDO, R. M.; PAULO, E. Comportamento ao longo do tempo da correlação entre fluxo de caixa e *accruals* reportados pelas companhias brasileiras listadas na B3. 2020. *In: XIV Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2020, Foz do Iguaçu. Anais [...].* Foz do Iguaçu: ANPCONT, 2020. p. 1-19.

QUEIROZ, M. M. M. de. **Qualidade da informação contábil no mercado de capitais brasileiro: efeito da implementação do novo relatório do auditor independente.** 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

ROYCHOWDHURY, S. Earnings Management Through Real Activities Manipulation. **Journal of Accounting and Economics**, v. 42, n. 3, p. 335-370, 2006.

SANTOS, C. M. dos; SILVA, J. C. C.; SILVA, R. A. C. Governança corporativa: percepção das empresas quanto às práticas de governança corporativa e a entrada no novo mercado da bovespa. **Nucleus**, v. 5, n. 1, p. 143-158, 2008.

SANTOS, É. H.; SILVA, M. A. Sustentabilidade empresarial: um novo modelo de negócio. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 75-94, 2017.

SCHIPPER, K. Commentary on earnings management. **Accounting Horizons**, v. 3, n. 4, p. 91-102, 1989.

SERRÃO, M; ALMEIDA, A; CARESTIATO, A. **Sustentabilidade uma questão de todos nós.** Rio de Janeiro: Senac Internacional, 2012.

SILVA JÚNIOR, F. J. da. **A sinalização do gerenciamento de resultados por meio da responsabilidade social corporativa no Brasil.** 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

- SILVA, Á. O. M. da. **Sustentabilidade e responsabilidade social no contexto empresarial**. 2021. 49f. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- SILVA, G. R. da. A relação entre *disclosure* voluntário de ações sustentáveis e gerenciamento de resultados: um estudo empírico nas companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 4, n. 16, p. 108-123. 2016.
- SILVA, G. R. da. **Qualidade da informação contábil e sustentabilidade**: um estudo nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória. 2014.
- SILVA, G. R. da; COSTA, F. M. da. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BMF&FBovespa. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 1, p. 103-127, 2017.
- VIEIRA, D.; ABREU, L. F. de. **Aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Centro Socioeconômico (CSE) da UFSC**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.